SUMÁRIO

PROLOGO ......................................................................................................................... 9
OBRAS DO AUTOR ............................................................................................................. 13
ÍNDICE DE ABREVIATURAS .......................................................................................... 17
I. INTRODUÇÃO ............................................................................................................... 27
II. O DIREITO PENAL CONTEMPORÂNEO ................................................................. 29
   II.1 A crise como característica do Direito Penal contemporâ neo .................................. 29
       Adendo 2010 ............................................................................................................. 34
   II.2 As atitudes básicas e face do Direito Penal ............................................................ 35
       A) Introdução ............................................................................................................. 35
       B) A postura abolicionista ...................................................................................... 36
           a) Introdução ........................................................................................................ 36
           b) Abolicionismo e criminologia crítica ............................................................... 38
           c) Bases para uma crítica à opção abolicionista .................................................. 39
       C) A perspectiva ressocializadora ......................................................................... 48
           a) Introdução ........................................................................................................ 48
           b) Críticas à pretensão ressocializadora ............................................................... 52
       D) A proposta garantista .......................................................................................... 58
           a) Introdução. O "neoclassicismo" político-criminal ........................................ 58
           b) O garantismo e os limites materiais da intervenção penal ................................. 62
       Adendo 2010 ............................................................................................................. 68
       1. Abolicionismo e ressocialização revisitados: a reparação ....................................... 68
       2. Expansão e insegurança: a fragmentação do garantismo ......................................... 73
3. Expansão e insegurança: o (res)surgimento do "defensismo" .................................................. 75
4. Direito Penal do inimigo? ................................................................. 78

III. AS CIÊNCIAS PENAIS NO ESTADO CONTEMPORÂNEO. EM PARTICULAR, A DOGMÁTICA JURÍDICO-PENAL .......... 81

Adendo 2010 ................................................................. 89
1. O papel crescente da Vitimologia .................................................. 89
2. Bases para um novo modelo teórico?: a hipótese "direito da vítima à punição do agente ......................... 91
3. O sistema integral de Direito Penal: a consideração do processo ...................... 93

III.2 A dogmática jurídico-penal. Linhas gerais da evolução no objeto e no método .................................................. 95
A) Introdução .................................................................................. 95
B) O método do formalismo ................................................................ 98
C) O método do neokantismo ............................................................. 104
D) O método do finalismo .................................................................. 108
E) A dogmática no pós-finalismo ....................................................... 115

III.3 Em particular, a dogmática de orientação "funcional" ou teleológica. .................................................. 121

III.4 Exame das críticas à dogmática. Posicionamento .............................. 128
A) Introdução .................................................................................. 128
B) A dogmática como disciplina com pretensão sistematisadora e a crítica ao "idealismo" ...................... 131
a) O conceitualismo e suas bases. Críticas ................................... 131
b) A orientação ao problema ............................................................. 136
c) O "purismo" e a orientação às ciências sociais .................... 144
d) A orientação às ciências sociais. Conclusão .............................. 158
e) Em especial, a relação entre Dogmática e Criminologia .............. 161

C) O sistema da dogmática penal e Considerações sobre a crítica ao sistema jurídico positivista .......... 172
a) Introdução .................................................................................. 172
b) Doctrina e Direito positivo. Bases de sentido valorativo .............. 174
c) A legitimidade das construções críticas. Introdução ao positivismo .......... 177
D) O "sistema aberto" como sistema crítico ....................................... 179

d) Doctrina e estruturas lógicas ......................................................... 183
e) A pretensão dogmática de "neutralização" das ciências ......... 185
f) O controle racional dos enuns jurídico-positivista ................ 187

Adendo 2010 ................................................................. 191

1. Introdução .................................................................................. 191
2. A dogmática e o relativismo ......................................................... 195
3. Sobre o status da dogmática ......................................................... 200
4. Desafios do sistema dogmático do direito .................................... 204

IV. OS FINOS DO DIREITO PENAL NO ESTADO CONTEMPORÂNEO ................................................................. 210
IV.1 Introdução .................................................................................. 210
A) Considerações gerais ................................................................. 210
B) Observações metodológicas preliminares ................................ 214
IV.2 Referência às diferentes concepções sistematicas e as "teorias da pena") ........................................................................ 218
Sumário

C) O sistema da dogmática penal como “sistema aberto”. Considerações sobre a crítica ao suposto caráter “reacionário” da dogmática .................................................. 169
a) Introdução ........................................................................................................... 169
b) Dogmática e Direito positivo. Bases de uma dogmática de sentido valorativo .......... 171
c) A legitimidade das construções da dogmática pós-positivista................................ 197
d) Dogmática e estruturas lógico-objetivas ....................................................... 215
e) A pretensão dogmática de “neutralidade”. Considerações críticas. Introdução ao “sistema aberto” ........................................ 221

D) O “sistema aberto” como sistema de proposições valorativas. Análise da crítica ao suposto caráter “científico” da dogmática .................................................. 235
a) Introdução ........................................................................................................... 235
b) Características dos enunciados da dogmática ................................................... 242
c) A dogmática jurídico-penal diante do modelo neo-positivista de ciência ................ 246
d) O controle racional dos enunciados da dogmática jurídico-penal ........................... 253

Adendo 2010 ............................................................................................................. 276
1. Introdução ........................................................................................................... 276
2. A dogmática e o relativismo ................................................................................ 278
3. Sobre o status da dogmática ............................................................................... 281
4. Desafios do sistema dogmático do delito ............................................................. 284

IV. OS FINS DO DIREITO PENAL NO ESTADO CONTEMPORÂNEO .................................................................................. 287

IV.1 Introdução ........................................................................................................... 287
A) Considerações gerais ....................................................................................... 287
B) Observações metodológicas preliminares ....................................................... 306

IV.2 Referência às diferentes concepções sobre o fundamento legitimador da intervenção jurídico-penal (observações sobre as “teorias da pena”) ........................................ 312
A) Introdução ................................. 312
B) “Utilidade” e “princípios garantistas” na fundamentação da legitimidade do jus puniendi ................................................................. 318

IV.3 Elementos da própria concepção: Primeiro. – O fim de prevenção geral de delitos e reações informais da sociedade ........................................ 330
A) Introdução ...................................... 330
B) A prevenção geral negativa ................................ 331
a) Considerações gerais ................................ 331
b) Problemas de legitimação ................................ 334
c) Autonomia do aspecto da prevenção de reações informais? ............... 348
C) A prevenção geral positiva ................................. 351
a) Fundamentação e críticas ................................ 351
b) A “concepção limitadora” da prevenção geral positiva ........................................ 368

IV.4 Elementos da própria concepção: Segundo. – O fim de redução da própria violência estatal ......................................................... 372
A) Exposição ...................................... 372
B) O fim de redução da violência estatal desde a perspectiva utilitarista (geral) ........................................................................ 373
a) Introdução ...................................... 373
b) Aspectos empíricos ................................ 374
c) O princípio de “intervenção mínima” ........................................ 378
C) O fim de redução da violência estatal na perspectiva garantista individual................................................................. 382
a) Introdução ...................................... 382
b) A “formalização” como característica do Direito Penal ........................................ 384
c) O princípio de legalidade ................................ 386
d) As garantias materiais: proporcionalidade, humanidade, igualdade ................................................................. 396
e) As garantias materiais: ressocialização .... 401

D) Em particular, o princípio de ex jurídicos ........................................ 391

IV.5 A “síntese” da lógica da prevenção, menor intervenção e a lógica das garantias ......................................................... 404
A) Introdução ...................................... 404
B) “Fundamento e limites” ou “tese contrapostos”? ........................................ 405
C) Referência às diferentes sínteses .......... 420
D) A síntese atual: manifestações ........ 420
a) Introdução ...................................... 420
b) A teoria da incriminação/despenalização “Bem jurídico passível de proteção” ........................................................................ 421
c) As categorias da teoria do delito, à culpabilidade ........................................ 422
d) As consequências jurídicas: as instituições de política criminal ........................................ 423
e) A síntese atual e sua relação com as garantias ........................................ 424

IV.6 O nível descritivo: as “funções” do Direito Penal ........................................ 425
A) Introdução ...................................... 425
B) Funções do Direito Penal no contexto perspectiva empírica ........................................................................ 426
a) A função ético-social ................................ 426
b) A função simbólica ................................ 427
c) A função de satisfação de necessidades sociais ........................................................................ 428
C) Alusão às funções do Direito Penal: delinquência; “repressão” e prevenção ........................................................................ 429

Adendo 2010 ........................................................................ 430
1. Introdução ...................................... 430
2. Elementos de uma teoria da prevenção
# DIREITO PENAL CONTEMPORÂNEO

<table>
<thead>
<tr>
<th>Sumário</th>
<th>23</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>I A própria concepção: Primeiro. - O fim de prevenção de delitos e reações informais da sociedade</td>
<td>330</td>
</tr>
<tr>
<td>B) Introdução</td>
<td>422</td>
</tr>
<tr>
<td>IV.4 D) Fundamento e limites ou &quot;tese/antítese/síntese de fins contrapostos&quot;?</td>
<td>426</td>
</tr>
<tr>
<td>IV.5 A &quot;síntese&quot; da lógica da prevenção, a lógica utilitarista da menor intervenção e a lógica das garantias individuais</td>
<td>422</td>
</tr>
<tr>
<td>A) Introdução</td>
<td>422</td>
</tr>
<tr>
<td>B) &quot;Fundamento e limites&quot; ou &quot;tese/antítese/síntese de fins contrapostos&quot;?</td>
<td>426</td>
</tr>
<tr>
<td>C) Referência às diferentes sínteses históricas</td>
<td>428</td>
</tr>
<tr>
<td>D) A síntese atual: manifestações</td>
<td>431</td>
</tr>
<tr>
<td>a) Introdução</td>
<td>431</td>
</tr>
<tr>
<td>b) A teoria da incriminação/despenalização de condutas. &quot;Bem jurídico passível de proteção penal&quot; e fragmentariedade</td>
<td>432</td>
</tr>
<tr>
<td>c) As categorias da teoria do delito em geral. Em particular, a culpabilidade</td>
<td>443</td>
</tr>
<tr>
<td>d) As consequências jurídicas. Referência às modernas instituições de política criminal neste âmbito</td>
<td>447</td>
</tr>
<tr>
<td>e) A síntese atual e sua relação com o ideal de maximização da prevenção e das garantias. Epílogo</td>
<td>449</td>
</tr>
<tr>
<td>IV.6 O nível descritivo: as &quot;funções&quot; do Direito Penal</td>
<td>450</td>
</tr>
<tr>
<td>A) Introdução</td>
<td>450</td>
</tr>
<tr>
<td>B) Funções do Direito Penal no conjunto da sociedade (perspectiva empírica)</td>
<td>451</td>
</tr>
<tr>
<td>a) A função ético-social</td>
<td>451</td>
</tr>
<tr>
<td>b) A função simbólica</td>
<td>458</td>
</tr>
<tr>
<td>c) A função de satisfação de necessidades de psicologia social</td>
<td>461</td>
</tr>
<tr>
<td>C) Alusão às funções do Direito Penal sobre o indivíduo que delinquiu: &quot;repressão&quot; e prevenção especial &quot;negativa&quot;</td>
<td>463</td>
</tr>
<tr>
<td>Adendo 2010</td>
<td>466</td>
</tr>
<tr>
<td>1. Introdução</td>
<td>466</td>
</tr>
<tr>
<td>2. Elementos de uma teoria da prevenção justa</td>
<td>468</td>
</tr>
</tbody>
</table>
3. A garantia da legalidade .................................................. 473
4. Exclusiva proteção de bens jurídicos? .............................. 476

V. FINS DAS NORMAS JURÍDICO-PENAIIS E SISTEMA DOGMÁ-TICO DO DELITO .......................................................... 479
V.1 Fins do Direito Penal e normas jurídico-penais .............. 479
A) Os meios de cumprimento de seus fins pelo Direito Penal. Norma primária e norma secundária ......................... 479
B) A discussão sobre as normas primárias jurídico-penais .... 485
   a) Introdução .......................................................... 485
   b) A natureza das normas primárias .......................... 486
   c) Normas primárias de mandato e proibição. Relação entre as normas primárias e as "proposições permissivas" .......... 495
   d) O conteúdo valorativo e imperativo das normas primárias jurídico-penais ........................................... 510
   e) O fim de "motivação" ........................................... 537
C) A norma secundária. Conclusão .................................. 546

Adendo 2010 .................................................................. 549

1. A discussão atual sobre a teoria das normas .................. 549

V.2 Teoria das normas jurídico-penais e sistema do delito .... 553
A) Introdução. Bases para a construção do sistema dogmático do delito. Fins do Direito Penal, normas jurídico-penais e teoria do delito .................................................. 553
B) O sistema bipartido .................................................... 569
   a) Introdução. A tripartição clássica e a bipartição de base teleológica ...................................................... 569
   b) Posicionamento: a bipartição fundamentada na teoria das normas ...................................................... 571
C) O âmbito da infração da norma primária: a antijuridicidade penal ........................................................ 581
   a) O conceito de antijuridicidade. Infração de imperativos e danosidade. Antijuridicidade e antijuridicidade penal. . 581

b) A relação entre tipicidade penal ........................................
c) Distinções analíticas na antijuridicidade e injusto penal ..........

D) O âmbito dos pressupostos da aplicação
   (a "sancionabilidade penal") ........................................
   a) Introdução .......................................................... 569
   b) A atribuibilidade individual: juridicidade e culpabilidade de e exculpação. Justificação .................................. 571
   c) A lesividade. Imputação do resultado lesivo e re

Adendo 2010 .................................................................. 549

1. Introdução .......................................................... 549
2. Materiais para a reconstrução ....................................... 553

PUBLICAÇÕES RELATIVAS AOS TEMAS TRABALHADOS: APROXIMAÇÃO AO DIREITO PENAL CONTEMPORÂNEO
### Direito Penal Contemporâneo

**Sumário**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Capítulo</th>
<th>Título</th>
<th>Página</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1</td>
<td>Introdução</td>
<td>632</td>
</tr>
<tr>
<td>2</td>
<td>Materiais para a reconstrução</td>
<td>634</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**PUBLICAÇÕES RELATIVAS AOS TEMAS TRATADOS NA APROXIMAÇÃO AO DIREITO PENAL CONTEMPORÂNEO—1992-2009**

- b) A relação entre tipicidade penal e antijuridicidade penal:........................................................................... 590
- c) Distinções analíticas na antijuridicidade penal; ação; conduta penalmente típica; causas de exclusão do injusto penal .......................................................................................................................... 603

**D) O âmbito dos pressupostos da aplicação da norma secundária**

(a "sancionabilidade penal")

- a) Introdução .................................................................................................................. 613
- b) A atribuibilidade individual (culpabilidade). Antijuridicidade e culpabilidade. Exclusão da culpabilidade e exculpação. Justificação e exculpação ................................................... 616
- c) A lesividade. Imputação do resultado (tipicidade ex post). Resultado lesivo e resultado salvador ................................................... 625

Adendo 2010.................................................................................................................................................. 632

1. Introdução ........................................................................................................................................... 632
2. Materiais para a reconstrução ................................................................................................................. 634